

JOGO E APOSTA: a tributação das bets como tentativa de garantia da soberania estatal

Ana Carolina Felipe GARCIA
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE)
E-mail: ana.garcia15490@alunos.funepe.edu.br

Mariana Miani SEREIA
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE)
E-mail: mariana.sereia14573@alunos.funepe.edu.br

EIXO TEMÁTICO: INTERFACES DAS CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

RESUMO

Com a expansão da internet e o avanço das plataformas digitais, tentar ganhar dinheiro com apostas online se tornaram uma realidade para muitos brasileiros, mas isso se torna uma problemática quando passa a afetar diretamente as finanças e alimentam o ciclo de endividamento desses apostadores; A legalização das apostas esportivas no Brasil ocorreram em 2018, com a Lei nº 13.756, que apesar de permitir a exploração deste ramo, ainda dependia de regulamentação específica para definir sua tributação; O poder de tributação garantido ao Estado pela Constituição Federal, garante a ele sua soberania estatal, que eleva suas receitas e equilibra o orçamento público; Com a reforma tributária, surge a nova lei de tributação nº 14.790/2023, que passa a entrar em vigor em janeiro de 2025, estabelecendo que os prêmios recebidos pelos apostadores estarão sujeitos a tributação de 15% do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, não somente a tributação, mas também precisam atender a demandas do Ministério da Fazenda e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, tornando assim, mais rígidas as operações das Bets que desejam operar legalmente no Brasil. Será necessário o pagamento de uma taxa fixa para que ocorra a licença de operação, além do pagamento periódico dessa licença; A tributação perpassa desde a Receita Bruta, com uma alíquota de 18% que essas empresas obtêm, até o Imposto de Renda, tanto da pessoa jurídica, quando dos apostadores (PF). Dentre as muitas, 15 foram a quantidade de bets que solicitaram licença para as apostas esportivas no Brasil (Bet365, Betano, KTO, 1xBet, Parimatch, Sportingbet, Superbet, Estrelabet, Stake, Betsul, Betfair, BetWarrior, Betsson, LeoVegas) que ainda passarão pela análise do Ministério da Fazenda, que fará a checagem se elas estão de acordo com a legislação. A distribuição dessas arrecadações garante a segurança e a manutenção da soberania estatal, sendo esse montante tributável distribuído à seguridade social (10%), à educação (10%), ao esporte (36%), à saúde (1%), ao turismo (28) e à segurança pública (12,6%). O governo espera arrecadar R\$1,6 bilhão com a taxa das bets, ou seja, o intuito é tributar principalmente aqueles que fazem disso sua profissão, ao qual apostam muito dinheiro e recebem grande retorno financeiro.

Palavras-chave: Tributação, Bets, Apostas.